

Bresser cai até o fim do ano se plano falhar

O Plano Bresser completa três meses de existência enfrentando dois desafios que ameaçam não só a execução do programa como a própria permanência do ministro à frente da equipe econômica: o controle da inflação e a quebra do impasse na negociação da dívida externa. Até o momento a atitude do presidente Sarney é de manter um crédito de confiança na ação do ministro, mas de agora em diante os resultados é que falarão mais alto.

Na visão do Palácio do Planalto, se o ministro vencer o desafio do combate à inflação e chegar ao final do ano com uma taxa mensal entre 8 e 10 por cento, sua posição não estará ameaçada, pois isso não representará um fracasso do novo plano cruzado, embora correções tenham de ser feitas para contornar a enorme perda salarial resultante da reativação inflacionária.

Uma taxa mensal de inflação por volta dos 10 por cento em média é considerada tolerável pelo Governo, lembrando um assessor presidencial que a economia conviveu com essa taxa desde o início da década, conseguindo crescer razoavelmente, graças, sobretudo, ao mecanismo da correção monetária.

Lembrou ainda que o ajuste recessivo de 1981/84 se justificou como necessidade de resolver o estrangulamento externo, principalmente em consequência do segundo choque do petróleo, em setembro de 1979, e do choque financeiro de setembro de 1982, quando o mercado financeiro internacional fechou suas portas ao Brasil.

Se o Plano Bresser desmontar 1988 com uma inflação mensal por volta dos 10 por cento e com a expectativa de uma estabilização da taxa inflacionária nesse nível ou um pouco abaixo, a administração econômica terá condições de desenvolver mecanismos que possibilitem a captação e a consequente aplicação de recursos a prazos mais lon-

gos, favorecendo os investimentos no setor produtivo privado, e reduzindo a especulação financeira. Neste caso, o Plano Bresser estará salvo.

Contudo, se fracassar o período de flexibilização que está sendo agora administrado e a inflação explodir para o patamar dos 15 por cento ao mês, um novo choque heterodoxo será necessário, porém não mais sob a responsabilidade da atual equipe econômica, que nessas condições terá perdido a confiança do Palácio do Planalto. A esta altura — final de 1987 — desvencilhando dos compromissos em relação à Constituinte, o presidente Sarney estará mais à vontade para escolher uma equipe econômica não necessariamente comprometida com a liderança do PMDB.

DÍVIDA

É inquestionável que o episódio da frustrada proposta de negociação da dívida externa, com base na troca de 35 bilhões de dólares por papéis de longo prazo e juros fixos, lançada internacionalmente (no "summit" de Viena) pelo ministro da Fazenda e 24 horas após fulminada irremediavelmente pelo secretário dos Estados Unidos, James Baker II, desgastou Bresser junto ao Palácio do Planalto, as lideranças mais representativas do PMDB e sua própria equipe de assessores.

O presidente Sarney absorveu a derrota, debitando-a à inexperiência e à ingenuidade do ministro no trato das negociações internacionais, porém em troca exigiu que se parasse com experiências e balões de ensaio e se partis-se para uma proposta concreta, factível e flexível, que possa conduzir não a um impasse mas a um acordo com os credores.

A prioridade presidencial é a imediata reinserção do País no mercado financeiro internacional e a busca de fórmulas que permitam, o mais cedo

possível, o retorno do fluxo de financiamento externo, quer da parte dos bancos privados, quer das instituições multilaterais e regionais de crédito, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, quer das instituições governamentais tipo Eximbanks.

A formalização de um acordo stand by com o Fundo Monetário Internacional — FMI — não deverá constituir-se em obstáculo, assim como o pagamento de uma parcela dos juros vencidos, para não caracterizar a extensão da moratória além de 180 dias, desde que haja, de parte dos bancos credores, sinais efetivos de cooperação. Tudo o que o País precisa, neste momento, é de um refinanciamento de 4,3 bilhões de dólares de juros vencidos este ano e 2,9 bilhões de dólares que vencerão em 1988.

O Planalto acredita que, abandonada a retórica da bravata, que produz algum resultado para o público interno mas só contribui para afastar a possibilidade de boa negociação, será possível iniciar 1988 com um acordo praticamente definido com os bancos privados, abrindo-se as portas à imediata negociação com os governos, no âmbito do Clube de Paris.

Há a convicção de que será possível restabelecer a normalização das relações do Brasil com o mercado financeiro internacional, garantindo-se um espaço para a manutenção do crescimento sustentado da economia e de que poderá ser firmado um acordo com o Fundo Monetário Internacional sem a imposição de um ajuste recessivo ao País. E essa é precisamente a tarefa a que se dedicará, a partir de agora, o ministro Bresser Pereira e sua equipe. Do êxito do empreendimento dependerá, em grande parcela, a manutenção da equipe econômica atual. Não há prazo estipulado, mas os próximos 90 dias serão cruciais para esse julgamento.